

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA**

**Disputar o ‘futuro’: alimentação, cuidado e saúde pública
no contexto prisional.**

Beatriz Oliveira Santos

**Trabalho apresentado à Disciplina 00600029
Trabalho de Conclusão de Curso, como
requisito parcial para a graduação no Curso de
Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo**

Orientador: José Miguel Nieto Olivar

A handwritten signature in purple ink, likely belonging to José Miguel Nieto Olivar, the supervisor. The signature is stylized and written over a faint, larger signature.

**São Paulo
2023**

Disputar o ‘futuro’: alimentação, cuidado e saúde pública no contexto prisional.

Beatriz Oliveira Santos

**Trabalho apresentado à Disciplina 00600029
Trabalho de Conclusão de Curso, como
requisito parcial para a graduação no Curso de
Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo**

Orientador: José Miguel Nieto Olivar

**São Paulo
2023**

DEDICATÓRIA

**A todas as mulheres que tiveram seus desejos, vontades e vidas
esmagados pelo peso do cuidado. A todas elas que acharam que isso
era amor.**

AGRADECIMENTOS

Viver é coletivo e por isso é prazeroso. Agradecer é sempre tão difícil, sou grata a muitos, mesmo que nem sempre lembre de todos, a seguir então, farei um agradecimento humilde a algumas pessoas que passaram e contribuíram nos caminhos que me levaram até a escrita desse projeto e conclusão dessa graduação.

É excessivamente clichê, mas definitivamente tudo começa na minha mamãe, a minha referência enquanto mulher, que fez a faculdade que sonhou e dedica até hoje de forma incessante seus dias à educação, que tantas vezes me levou ao trabalho e a faculdade e todas as vezes que eu pensava em desistir eu lembrava dela, lembrava desses dias. Tantos são os trabalhos visíveis e invisíveis dela que sustentam minha formação, sempre ela que me incentivou a ultrapassar todos os obstáculos nesse período, que me mostrou a direção e serviu de alicerce para tudo. Graças a ela tudo aqui faz sentido.

Ao meu pai, por todo amor, carinho e esforço empregado em me acolher e entender os meus caminhos, por todas as vezes que aprendi algo novo e pacientemente me escutou, discordou ou incentivou, sempre se atentando em garantir que eu pudesse ser um alguém crítico e confiando em todos as minhas escolhas e caminhos, graças a você eu tenho tranquilidade em poder viver de cabeça erguida.

Aos meus avós, que um dia sonharam esse sonho primeiro, que de forma direta ou indireta me ensinaram tanto sobre amor e cuidado, sobre viver a vida de forma coletiva e disponível ao outro. Em especial minha avó Laura, por todas as vezes que pacientemente me ensinou a cuidar de outras mulheres, das crianças, idosos e doentes, sem nunca falar uma palavra, apenas com um olhar amoroso. A minha vó Maria, a quem sempre busco incessantemente suas histórias, mas hoje sei que todos os seus silêncios eram também cuidados.

A minha tia, comadre, amiga e quase irmã mais velha Zilda, desde pequena você me mostrou que tudo isso era possível, sempre me dando exemplos e construindo uma história na qual eu posso hoje me inspirar. Com você e com sua confiança eu aprendi sobre cuidado, amor e tudo que uma mulher pode ser. Também

agradeço ao meu padrinho Albino por ser meu amigo, meu parceiro de bebida e por sempre acreditar em mim, me escutar e acolher.

E com isso a toda minha família que de diversas formas e proporções me apoiaram durante esta caminhada, a todos que acreditaram em comigo nesse projeto e principalmente me apoiaram nesses anos tão importantes.

Os meus amigos e confidentes Pablo Martins e Ícaro Lopes, pelo companheirismo nessa caminhada, por serem minha sustentação mesmo que de longe durante o campo, pelo cuidado e escuta, mas principalmente por toda paciência durante tantas indecisões e por sempre acreditarem em mim.

As minhas amigas Gabriella Manzini e Melissa Tarrão. Manzini por ser minha parceira nessa estrada há tantos anos e com seu coração enorme sempre dividir comigo as aflições de uma profissão tão importante, sendo minha confidente, meu porto seguro em todas as lutas que a graduação nos demandou, sei que serei feliz nessa profissão pois sempre teremos uma a outra. Melissa, que com tanta gentileza me ensinou tanto nesses anos, com seu jeito suave e disposição me desafiou e encorajou a pensar uma nutrição mais acolhedora, uma prática mais profissional e sempre se fez uma presença de Deus em minha vida em cada palavra.

A quem abriu a porta para mim e minha pesquisa, que ofereceu toda escuta e disposição em encarar essa linha nova, sei que ainda me faltam muitos agradecimentos para ser justa, mas fica um humilde começo. Barbara Lourenço, ou melhor Babi, que seja minha eterna orientadora e grande amiga, tenho muito orgulho de tudo que construímos e sabemos que essa pesquisa só virou um fato graças a ti, sempre irei admirar e me inspirar na pessoa e profissional que você é.

A Flávia pela acolhida em sua casa, por além de hospedagem oferecer suporte e escutar atenciosa a tantas histórias, pelos almoços, jantares e séries compartilhadas. Mas principalmente obrigada por ser a feminista que é e toda formação que me ofereceu mesmo que não intencionalmente.

A Priscila Serra, essa mulher, amiga, militante, professora e tantas outras coisas que tive a graça de conhecer, minha parceira no campo, com quem tanto aprendi e sou grata pela generosidade que dividiu sua vida e sua luta comigo. Pelo

seu nome agradeço a todas as mulheres e amigas que encontramos nos entrelaçamentos do cárcere, que possibilitam esse projeto acontecer e por quem vale a pena estar em alguma medida na academia.

A todos que compõe o coletivo FAPAM, em especial a Roselayne que foi e é minha amiga, sempre paciente me acolheu na cidade de Manaus e me mostrou as belezas e contradições dessa cidade.

A ilustre pesquisadora Karina Biondi, por todas as noites e cervejas que dividimos e que possibilitou que pudesse me dar tantas aulas sobre crime, cárcere e vida. Graças as portas que um dia você abriu, hoje essa pesquisa existe e na sua honestidade com o campo, ela se inspira.

Ao professor Candotti pela disposição em construir junto a esse projeto, pelo amparo oferecido pelo seu grupo de pesquisa, as aulas na UFAM e todas as cervejas e reflexões que dividimos.

Agradeço ao José Miguel, pela oportunidade em poder trabalhar junto e desde o início ter acreditado e engajado este projeto de todas as formas que lhe foi possível, por sempre instigar as conexões deste tema e possibilitar dentro da Saúde Pública outras compreensões de mundo como essa.

As minhas amigas Julia Camanho, Milena Novais, Natalia Farias e Julia Kaori, por tantos conselhos durante este ano, pela acolhida no CpaS-1, por todo trabalho invisível de cuidado e o visível de apoio junto a esse trabalho e a minha experiência enquanto iniciação científica.

5 anos de graduação são difíceis, cinco anos dos quais 3 foram vivendo uma pandemia são quase impossíveis, mas graças a Julia Condor e Manoela Takahashi eu pude sobreviver e me formar, graças ao carinho e amor que construímos, todos os trabalhos e frustrações que compartilhamos nesse trajeto, construímos uma amizade tão bacana que é alicerce dessa formação. Muito obrigada meninas por não terem largado minha mão nesse trajeto

A Valentina Oliveira, pela delicadeza com quem me ama e acolhe há 9 anos, quem faz tudo nesse mundo fazer sentido e me incentiva todos os dias a ser alguém melhor. Sempre será por você.

Por fim, a Nossa Senhora das Graças, sei que todos os caminhos passam pela sua generosa intercessão.

EPIGRAFE

**“Essa é a lei da natureza, não pode se desesperar
E aí, molecadinha, to de olho em vocês, hein?
Não vai pra grupo, não, a cena é triste”
Racionais MCs, Eu sou 157.**

**“Pelo o que observo, Deus é rei dos sabios. Ele pois os homens e os
animais no mundo. Mas so animais que ele alimenta é a Natureza porque
se os animais fossem alimentados igual aos homens, havia de sofrer
muito. E penso isto, porque quando eu não tenho nada pra comer, invejo
os animais.”**

De Jesus, Carolina Maria. Quarto de despejo.

RESUMO

Introdução: A alimentação no contexto carcerário é responsabilidade do Estado e direito básico do encarcerado. Em Manaus, local desta pesquisa, a administração carcerária proibiu em 2019 a entrada de qualquer alimento externo levado por familiares em visitas a seus parentes privados da liberdade, junto a outros intensos básicos que compunham o chamado “futuro”. Quais são os caminhos e símbolos mobilizados por, com e através da alimentação nesse contexto? **Objetivo:** O objetivo desta pesquisa é construir uma trilha de conhecimento sobre as condições de saúde e alimentação no contexto prisional da cidade de Manaus, compreendendo as estratégias de regulação utilizadas pelo sistema prisional dentro de uma lógica de punição e como sobreviventes e seus familiares vivenciam essas mudanças. **Métodos e Procedimentos:** Foi realizada uma etnografia com realização do trabalho de campo na cidade de Manaus (AM) entre janeiro e fevereiro de 2023, junto ao coletivo de familiares de presos do Amazonas (FAPAM). Essa pesquisa por se realizar em parceria com a FAPAM espera contribuir em suas lutas de cuidado e de reivindicação de justiça. **Resultados:** Através dos encontros do coletivo, direciono meu trabalho para acompanhar a prática política e de apoio aos sobreviventes do sistema carcerário, a partir de conversas e trocas construímos uma linha de fatos e seus efeitos no aumento do punitivismo da administração penitenciária sobre a população carcerária. No dia 31 de dezembro de 2016, uma rebelião no Complexo Penitenciária Anísio Jobim (COMPAJ), em Manaus, deixou 56 detentos mortos e durou 17 horas. Esse evento abriu um novo período de normatização interna das unidades carcerárias, intensificando processos punitivos para os presos e suas famílias, com regulação em quantidades de comida e proibição total de sua entrada. Esses processos punitivos têm na regulação da alimentação um mecanismo central, sinalizando um recurso produtivo na efetivação e coletivização das punições. Familiares, principalmente, mães e esposas, vítimas dessa dinâmica são sujeitos fundamentais para identificar e denunciar as violências institucionais, inclusive a produção de fome e as múltiplas violações aos direitos à saúde e à alimentação adequada. **Considerações finais:** No contexto analisado, a questão da alimentação assume um papel central na interação entre presos, famílias e a estrutura carcerária, sendo influenciada pelos aspectos de gênero e raça. Isso evidencia como o controle alimentar se torna uma ferramenta adicional de punição. A fome gerada pelo encarceramento reverbera entre o detento e sua família, tendo efeitos dramáticos nas visitas e nas dinâmicas familiares.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
2.METODOLOGIA	14
3.RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	19
Rebeliões: A alimentação no centro das disputas	19
Body Scanners : extensão da punição e controle sobre as famílias.....	25
Moeda de negociação das famílias com as facções	27
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
5.IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA NO CAMPO DE ATUAÇÃO	31

1.INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é construir uma trilha de conhecimento sobre as condições de saúde e alimentação no contexto prisional da cidade de Manaus, compreendendo as estratégias de regulação utilizadas pelo sistema prisional dentro de uma lógica de punição e como sobreviventes e seus familiares vivenciam essas mudanças. Com isso, busca-se construir e sistematizar o conhecimento existente sobre as condições de saúde e alimentação no contexto prisional da cidade de Manaus, para documentar e compreender as mudanças nas dinâmicas carcerárias ocorridas nos últimos 7 anos na cidade, que nesse período foi atravessada por massacres e rebeliões nos principais complexos carcerários da capital.

A iniciação científica da qual nasce esse trabalho de conclusão de curso, faz parte do projeto jovem pesquisador fase 2 Fapesp “Cosmopolíticas do Cuidado no fim-do-mundo: gênero, fronteiras e agenciamentos pluriepistemológicos com a saúde pública”, que tem como objetivo relacionar diversos saberes na construção entre antropologia, saúde pública e artes. Tal projeto busca compreender, dentre os paradigmas do fim do mundo (antropoceno, capitaloceno, sindemia global), conexões nos saberes, práticas, relações e cosmologias de cuidado atravessadas por marcadores de gênero, raça/etnia e sexualidade, com uma lente interseccional. A proposta busca relação com o estado do Amazonas e suas territorialidades, neste horizonte de fim do mundo.

O projeto de iniciação científica se dá em parceria com pesquisadores e pesquisadoras que, nos últimos anos, vêm estudando junto a grupos de sobreviventes¹ do sistema prisional e redes de familiares a enorme demanda por informação sobre saúde, cuidado e alimentação que é muito escassa. A partir dos relatos não oficiais, levantados previamente pelo Coletivo de Familiares e Amigos de Presos e Presas do Amazonas (Coletivo FAPAM), sobre as condições da alimentação no sistema carcerário, relacionados a sua baixa qualidade e quantidade. Somado a isso, a administração penitenciária de Manaus proibiu desde 2019 a entrada do “futuro”² em dias de visitas, alegando, por meios extraoficiais, como comunicados de funcionários por meio oral, que é função do Estado oferecer alimentação e não onerar

¹ Como são chamados aqueles que saem da cadeia, pelos familiares do coletivo.

² Futuro é o nome dado ao conjunto de itens que os presos podem receber de seus familiares.

financeiramente as famílias, entretanto os sobreviventes e seus familiares relatam que o que é oferecido não supre as necessidades nutricionais e sociais.

No Brasil a alimentação é concebida como direito social desde 2010, e, de acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o conceito de direito humano à alimentação adequada (DHAA) pressupõe a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O DHAA diz respeito a uma alimentação que contemple os aspectos biológicos e sociais, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia e às formas de produção sustentáveis e seguras (CONSEA, 2010).

Estimativas do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), demonstraram que 33,1 milhões de pessoas estavam em situação de fome e 58,7% da população não possuía acesso regular e permanente a alimentos, apresentando algum grau de insegurança alimentar (IA) (Santos MV et al., 2021). Com relação à região Norte do país, onde se localiza o estado do Amazonas, foram relatadas situações de insegurança alimentar moderada e grave por 45,2% da população (REDE PENSSAN, 2022).

Segundo Souza et al. (2020) em seu artigo “Regime da escassez: a alimentação no sistema penitenciário feminino”, mesmo com a diminuição entre os anos de 2004 a 2013 da prevalência de insegurança alimentar no Brasil, esses avanços ocorrem de maneira desigual entre as pessoas que vivem em situações de esquecimento, tendo seus direitos sociais básicos colocados constantemente em cheque por estruturas que ignoram sua realidade. A população carcerária apresenta uma dependência maior do Estado, visto que sua capacidade de produção é muito inferior comparada à sua capacidade de consumo. Sendo para Menezes e Bezerra (2018), uma das justificativas que possibilitam entender que por ter que manter e arcar com uma população que não produz, mas que praticamente apenas consome, o Estado se torna menos interessado em investir, massivamente, na saúde dessa população. Possibilitando então um quadro mais significativo de insegurança alimentar. (Menezes e Bezerra, 2018)

O Guia Alimentar para a população brasileira publicado em 2014 em parceria com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/Brasil), apresentou um conjunto de informações e recomendações sobre alimentação que objetivam

promover a saúde de pessoas, famílias e comunidades e da sociedade brasileira. Além de estabelecer uma nova forma de classificação dos alimentos, o guia alimentar abandonou a abordagem estritamente baseada em nutrientes e passou a considerar outras características do consumo alimentar que se associam com a saúde: alimentos, combinações de alimentos (preparações culinárias ou refeições) e modos de comer (comensalidade) (Ministério da Saúde, 2014).

Em 2019, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) do Amazonas proibiu a entrada de qualquer tipo de alimento através das visitas de familiares, independente de suas características nutricionais e sua comensalidade. São por meio desses alimentos que eles podem manter um contato com a família, seus hábitos alimentares, por meio do “Futuro”, nome dado pela população carcerária de Manaus aos itens que os presos podem receber de seus familiares. A partir dos levantamentos do Coletivo FAPAM, busco então contribuir no entendimento do que motivou esta proibição e como as redes de familiares interpretam e lidam com esse movimento de proibição da administração. Busco, por fim, colocar essa situação concreta e localizada em relação com práticas de cuidado e com os objetivos do campo da alimentação e nutrição vinculados à saúde pública.

Compreender os atravessamentos da alimentação nas dinâmicas do cárcere tem diversas faces possíveis. Para o caso desta pesquisa, foi escolhido explorar as informações fornecidas e coletadas pelo Coletivo de Familiares e Amigos de Presos e Presas do Amazonas (Coletivo FAPAM). A escolha deste caminho obedece às demandas da rede Desencarcera Amazonas, em relação com o grupo de pesquisa ILHARGAS – Cidades, Políticas e Saberes na Amazônia³, coordenado pelo professor Fábio Candotti da Universidade Federal do Amazonas, e o InfoCadeia-AM, projeto de extensão universitária que visa monitorar violações de direitos no sistema carcerário em aliança com movimentos sociais e que atualmente conta com o projeto Encarceramento no Amazonas: transformações políticas e sociais pós-massacres, que visa compreender as transformações nas políticas carcerárias e criminais em Manaus e Tabatinga desde 2017, do ponto de vista de sujeitos/as envolvidos/as. Mais especificamente, pretende analisar os deslocamentos da atuação de instituições estatais; os efeitos locais desses deslocamentos para as condições de custódia e

³ “Nasce com o desejo pretensioso de reunir pessoas e forças para pesquisar o mundão (sic) urbano da Amazônia e tecer relações com movimentos que lutam por uma vida coletiva e um futuro menos sofrido e mais potente” (<https://ilhargas.ufam.edu.br/historia.html>)

controle dentro e fora de unidades prisionais e na experiência de familiares de pessoas presas.

2.METODOLOGIA

Para esta pesquisa me propus investigar os caminhos da alimentação no universo carcerário de Manaus nos últimos 8 anos, a partir da experiência de sobreviventes e da perspectiva de mulheres de um coletivo de familiares de pessoas privadas da liberdade, para construir uma trilha de conhecimento sobre as condições de saúde e alimentação no contexto prisional da cidade de Manaus, compreendendo as estratégias de “cuidado”. Como caminho adequado a estas premissas, optou-se por utilizar uma abordagem etnográfica.

Para esta dimensão empírica, realizou-se o trabalho de campo de caráter etnográfico na cidade de Manaus (AM) entre janeiro e fevereiro de 2023. Para Mariza Peirano (2014) é na dimensão empírica, no trabalho de campo, que os eventos geram o processo de reconhecimento e estranhamento necessário para etnografia, originando o material a ser analisado e investigado na pesquisa. Esse processo de investigação e seu aprimoramento passam pelo constante conflito com os dados novos durante o campo e sua consequente descrição (Peirano, 2014).

Em seu artigo “Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia”, o antropólogo Tim Ingold (2016) argumenta que a etnografia passa por tudo que o étnografo se dedica e à “*prima facie*” é visto como etnográfico. A arte da descrição que parte desse processo joga à luz de um julgamento ulterior que transforma os aprendizados e a memorização nas anotações em pretextos para outras coisas; aqui, na análise teórica e construção da trilha dos fatos (Ingold, 2016).

Sendo a observação participante utilizada no método de campo dessa etnografia, a pesquisadora aqui se permite ser afetada pelo processo de observação. Todo o percurso do campo etnográfico passou pela construção de relações, em que as condições eram discutidas com as interlocutoras e os caminhos pensados com elas, para além de uma busca apenas de informações e informantes. Buscou-se também compreender e escutar quais considerações surgiam delas acerca dos encontros e costurar os retalhos das histórias entrelaçadas (Guimarães, 2011).

Em seu artigo “Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos”, Marcio Goldman (2003) descreve que a teoria etnográfica tem o objetivo de elaborar um modelo de compreensão de um objeto social qualquer que, mesmo produzido em e para um contexto particular, seja capaz de funcionar como matriz de inteligibilidade

em outros contextos. Logo, para o caso desta pesquisa buscou-se entender como a série de proibições acerca do “futuro” em Manaus, se coloca como uma forma de aumento do controle estatal e punição acerca da realidade dos corpos encarcerados, considerando suas famílias que se atrelam a essa dinâmica (Goldman, 2003).

Os estudos acerca do cárcere no Brasil usam da etnografia para descrever a realidade carcerária que vem em crescente descontrole. Em sua tese *Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo*, Bruna Buchamar (2016), a partir de seu trabalho de campo multissituado (intra, entre e extramuros), buscou analisar o modo como as mulheres se fazem estrangeiras na relação com outros agentes entre os múltiplos interiores e exteriores da prisão. A relação construída partiu de sua atuação como voluntária e pesquisadora do ITTC (Instituto Terra Trabalho e Cidadania), perseguindo as redes dentro de redes, fluxos por entre diferentes fronteiras (Bumachar, 2016).

Karina Biondi (2009) fez de sua rotina de visitas a seu marido na cadeia, seu campo etnográfico. Assim, utilizou da dinâmica como esposa de preso para abordar o modo de funcionamento do PCC a partir dos diversos planos que sua política é operada. Em sua tese de mestrado *Junto e Misturado*, demonstrou que a visita ao campo não acaba em si mesma e se completa nas várias experiências e observações nos espaços que oferecem inteligibilidade ao que foi observado, extrapolando os limites daquela realidade e seus espaços físicos (Biondi, 2009).

Neste trabalho o levantamento das informações se deu em conversas informais nos atendimentos jurídicos do Coletivo Fapam e da Frente Desencarcera em bairros, condomínios populares, casas e eventos promovidos ou vivenciados pelo coletivo FAPAM. A partir das demandas apontadas pelo coletivo, foram elaboradas e conduzidas as perguntas e expandindo a rede de contatos. Foram 7 núcleos familiares contatados e 2 a 3 encontros em média com cada uma com cada uma delas, buscando sempre manter a segurança do anonimato. Os encontros se centravam na consulta jurídica de casos de familiares, mas se expandiam quando essas traziam amigas e conhecidas que ainda não faziam parte da rede.

Esse projeto trabalha com vozes, versões, narrativas e experiências de pessoas que passam por enormes cargas de violência, de marginalização, não se tem interesse em compor uma verdade única (do tipo jornalístico), e nem em contrapor a uma verdade estatal. Busco abrir espaço para as memórias, lógicas, afetos e explicações dessas pessoas. Assim, antes de estabelecer uma verdade dos fatos,

pretendo contribuir com as famílias na construção de suas narrativas sobre a alimentação e saúde no ambiente carcerário.

O projeto desta pesquisa não requisitou aprovação da comissão de ética, por entender que a coleta de dados é feita a partir de uma relação consensual com o grupo de pesquisa ILHARGAS e o coletivo FAPAM. Essa relação foi feita considerando os produtos: oficina com o coletivo, documentos de levantamentos de dados e projetos de pesquisas. Vale indicar que o trabalho de campo realizado para a pesquisa de iniciação científica foi planejado em consenso com os pesquisadores parceiros, ocorreu antes da redação deste trabalho de conclusão de curso e seguiu as recomendações éticas da Associação Brasileira de Antropologia.

Como referencial teórico busquei estudos sobre o abolicionismo penal e o feminismo interseccional a partir das ciências sociais que possibilitaram compreender as relações entre raça/etnia, gênero e classe que se interseccionam na realidade carcerária e brasileira observando como esses marcadores sociais são geradores de desigualdades nesta população. Com isso, a partir de uma produção internacional puxada por Angela Davis (*Estarão as prisões obsoletas?*, 2003) e nacionalmente por Juliana Borges (*Encarceramento em massa*, 2019), questionar a instituição carcerária e seus efeitos na vida de mulheres, a partir dos encontros entre abolicionismo penal e o feminismo negro.

O coletivo FAPAM ao refletir e denunciar a violação dos direitos de pessoas privadas de liberdade, com atuação predominante no período de pandemia, passou a observar os efeitos desses processos de controle na saúde dessa população e seus familiares. Ao entrar em contato com o grupo de pesquisa Cosmopolíticas do Cuidado passaram a compartilhar essas reflexões e buscam oficinas para explorar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), que junto a isso necessitam de um acompanhamento para levantamento de denúncias e diagnóstico das infrações relatadas.

Assim, o trabalho de campo em Manaus, se inicia em janeiro de 2023, junto à rotina de atendimentos e encontros do Coletivo FAPAM. Estabeleço minha rotina de trabalho dedicando atenção exclusiva a acompanhar a prática política e militante de atendimento aos sobreviventes e familiares do cárcere, junto a articulação com outros movimentos sociais estudantis e de mulheres.

Nesse período, o levantamento de informações se dá nessa construção da rotina junto ao movimento. Por exemplo, estive junto à reunião de construção das

comemorações do dia 8 de março em Manaus, em que contribuí fazendo a ata das falas para o coletivo FAPAM e dando apoio às mulheres presentes, dialogando e ajudando com o cuidado de seus filhos e acompanhando a apresentação e ambientação do grupo de trabalho ali presente.

Mas a rotina junto ao Coletivo FAPAM se direcionava principalmente em visitas semanalmente, de 2 a 3 vezes, à casa de familiares dos encarcerados e sobreviventes que estavam ou pretendiam se aproximar do coletivo. Os encontros focaram em oferecer acolhimento e escuta para aquelas mulheres e seus anseios quanto à realidade dos filhos e companheiros, bem como ao desenrolar dos processos judiciais.

Enquanto as atividades do coletivo ILHARGAS envolviam participações semanais em aulas abertas na Universidade Federal do Amazonas, buscando formação nos estudos acerca do cárcere, em parceria com o coletivo FAPAM. A exemplo disso a aula: “Os corres da Antropologia”, com a Doutora Karina Biondi, professora na Universidade Federal do Amazonas, acerca questões antropológicas sobre crime e prisão, como a construção de relações com o campo, as compreensões sobre o discurso punitivista internalizado nos interlocutores e as compreensões sociais acerca de facções.

Esses encontros de formação desaguam na realização de uma oficina acerca da saúde no sistema carcerário. Para esta oficina, que foi uma solicitação do coletivo FAPAM, estive no apoio e organização. Minha principal contribuição durante a oficina, foi na apresentação de dados relacionados aos direitos à alimentação no sistema prisional, respondendo dúvidas e demandas dos familiares, bem como na construção posterior de referências para um ofício acerca do sistema de saúde no cárcere de Manaus que seria dirigido ao Ministério Público.

Nesta oficina, da qual participaram integrantes do coletivo FAPAM, também esteve presente a estudante de mestrado em saúde pública Milena Novais, também pesquisadora associada ao projeto "Cosmopolíticas do Cuidado". A participação da colega Milena esteve centrada em fazer uma formação referente aos principais norteadores do sistema único de saúde (SUS), traduzindo estes conceitos para as lógicas carcerárias. A partir disso apresentou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

A partir dessa oficina, mantive encontros semanais com familiares do coletivo, auxiliando na investigação dos casos, apoio emocional, jurídico e tirando as dúvidas

quanto as questões que emergiram na oficina. Além disso, trabalhei no levantamento de informações sobre as questões de saúde e alimentação a partir do que foi exposto na oficina. Trata-se de fazer um levantamento das mudanças no contexto carcerário no decorrer dos últimos 8 anos em Manaus.

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Rebeliões: A alimentação no centro das disputas

O Coletivo FAPAM atua desde 2019 na cidade de Manaus, fazendo apoio jurídico e social às famílias de pessoas em privação de liberdade, denunciando violações no cárcere relatadas por familiares e sobreviventes a órgãos públicos competentes, e à publicação de informações em redes sociais. Seu principal objetivo, como colocam em suas redes sociais, é lutar contra a violação dos direitos das pessoas em privação de liberdade, sobreviventes do cárcere e seus familiares.

As experiências contadas e relatadas a seguir foram compiladas em dois meses acompanhando o trabalho desse coletivo, a partir das memórias e histórias vivenciadas em encontros⁴ e oficinas. Ao desenrolar dos encontros e dos desabafos, essas mulheres se colocam como “os olhos e a boca do preso” fora da cadeia, sendo as principais porta vozes das angústias e demandas deles, e para mim a mais importante fonte histórica dos fatos.

Dentro das demandas, a alimentação é, de forma crescente, uma das mais presentes angústias e eixos de sofrimento para as redes familiares em Manaus. No artigo “Quando a massa erra, o Estado avança”, Candotti (2022) descreve os efeitos dos discursos dominantes sobre os dois ‘massacres’ (de 2017 e de 2019) em prisões de Manaus e defende a ideia de que uma nova gestão do sofrimento e um novo regime de tortura são experimentados por presos e seus familiares a partir desses eventos. Nesse contexto, a alimentação é frequente nas lembranças nostálgicas dos familiares acerca do período anterior aos massacres, em que ainda podiam levar alimentos e compartilhar entre as pessoas presentes nas visitas, estando a proibição nas novas normas da gestão de sofrimento (Candotti, 2022).

Durante os encontros, sempre surgiam os relatos sobre um antes e depois na realidade carcerária, era comum escutar daquelas mulheres que “antes” as coisas eram melhores. Infelizmente, a realidade carcerária não era novidade ou algo recente para poucas delas, muitas já *puxaram cadeia*⁵ junto aos filhos e maridos há mais

⁴ <https://www.instagram.com/coletivofapam/>

⁵ Em sua dissertação de mestrado: “PUXAR CADEIA JUNTO”: significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas, Mariana Lins relata como essa expressão é dita por algumas familiares para se referir ao que

tempo ou no mínimo, já puxaram outras vezes.

Dentre os relatos que foram me contando, pude ir construindo uma linha do tempo dos fatos, que se inicia em uma véspera de ano novo. No dia 31 de dezembro de 2016, uma rebelião no Complexo Penitenciária Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, deixou 56 detentos mortos e durou 17 horas, sendo considerado até hoje o maior massacre do Amazonas. A confusão⁶ se inicia a partir de um certo grupo do sofrimento⁷, em que os presos brigam entre si motivados pelo acirramento das disputas entre facções no estado do Amazonas, sendo elas o Primeiro Comando da Capital (PCC), Família do Norte (FDN), Comando Vermelho (CV) pelo poder e controle de uma das principais fronteiras de passagem de drogas no Brasil, como é relatado pelos sobreviventes dessa rebelião. Diversas explicações são apresentadas acerca da rebelião.

Uma das lideranças do coletivo, após um de nossos encontros com familiares, me conta que pelo que levantou nos relatos, entende que a rebelião de 2017 focou “em matar os caras do PCC”, na disputa entre as facções pelo domínio no estado do Amazonas. Segundo ela, que vamos aqui chamar de Maria, as lideranças do CV chegam a promover um futebol com cabeças dos integrantes mortos, do PCC e da Família do Norte, que naquele momento tinha uma de suas principais lideranças presa na unidade. A morte da liderança principal da FDN, que aqui chamaremos de Velho Pedro, se deu muito mais pela sua relação com um filho adotivo, que naquele momento era ligado ao PCC e uma possibilidade de traição com ao CV.

Um certo dia, em um encontro para atendimento jurídico do coletivo, entra de surpresa para nós pela área aberta que fazia sacada à casa de uma familiar do coletivo, a esposa do Velho Pedro, era um sábado pela manhã. Uma senhora de com mais de 50 anos, uma saia longa e aparência tranquila, nos procura para tirar uma dúvida jurídica sobre a morte e processo pós morte de seu marido.

Ao relembrar a morte do companheiro, traz com frustração a falta de direito que teve no dia da morte, ele foi esquartejado e sua família teve que esperar o DNA de cada parte do corpo ser feito para reconhecimento e enterro. Segundo ela, após a morte dessa liderança, parte de seus terrenos e forças se perdeu e a família caiu

vivenciam junto ao período que visitam na cadeia, indicando como as dinâmicas na cadeia as modificam e marcam suas vidas.

⁶ Assim se referem os relatos de familiares

⁷ Massa de presos que não subiram para a área em que se pode trabalhar.

em “desgraça” e a Família do Norte, facção com presença forte na cidade foi perdendo força.

Maria ao lembrar o massacre tinha um irmão na unidade, conta que foram os presos do setor do trabalho, em maioria estupradores, que ali dentro são chamados de Jacks, que após o massacre limparam a cadeia liberando só assim para entrada dos agentes. A limpeza da cadeia aconteceu antes da volta dos policiais, pois sabiam que se entregassem sujo, a administração deixaria o sangue apodrecer e eles ficariam no fedor. Para ela, todos os acontecimentos foram gerenciados pelos presos, com a negligência do Estado por meio do judiciário e da administração carcerária, mas se os fatos foram violentos nos dias que se sucederam, a resposta administrativa foram uma extensão desse terror.

“Futuro” é o nome dado pela população carcerária de Manaus aos itens que os presos podem receber de seus familiares, como por exemplo alimentos, produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza. É por ele que a família tem um meio de se manter em contato com a pessoa presa e ajudá-la a ter um pouco mais de conforto. Conforto esse que pode ser estabelecido principalmente pela alimentação e seus símbolos, nutrindo os afetos e mantendo os hábitos culturais.

Sempre quando falavam do “futuro”, as mulheres apontavam sua importância para “temperar”, fazendo referência à parte da cesta como o açúcar, farinha e temperos. Com esses itens os presos re-preperavam as marmitas que recebiam da unidade carcerária ao gosto deles.

Quando questionadas sobre a realidade antes desse massacre, os familiares relatam que a rotina carcerária contava com dois dias de visitas na semana, na quarta feira levavam o “futuro” com alimentos e aos fins de semana, as marmitas com comidas prontas. As refeições fornecidas pela unidade, variam conforme determinações internas da SEAP, o “futuro” vinha então como complementação de cada preso a sua rotina alimentar, que tornava aquela comida palatável e aproximavam sua rotina de alguma presença afetiva familiar e seus hábitos alimentares.

Os relatos dos familiares apontam que após o massacre a Secretaria do Estado de Administração Penitenciária passou a restringir a entrada de até 15 itens de alimentos no “futuro”. Não houve alterações na frequência de visitas dos familiares, apenas a redução na quantidade de alimentos que poderiam entrar,

diminuindo a possibilidades dos presos de temperar as marmitas servidas pela unidade e reduzindo o acesso a alimentos para consumo, visto que passaram a depender mais do que a unidade oferecia.

Uma de nossas interlocutoras, que aqui chamamos de Joana, uma mulher branca, na casa dos 60 anos, mãe de dois sobreviventes -isto é, sua relação com a realidade carcerária se dá por duas histórias diferentes, seus filhos hoje em liberdade estiveram na cadeia da cidade-, me conta em um de nossos encontros em sua casa, que para ela a rebelião de 2017 foi a pior. Principalmente, no que diz respeito aos efeitos posteriores na rotina de proibições, antes entravam os ranchos⁸ de comida, e ela costumava montar marmitas de 2kg, às vezes não levava de casa, gostava de montar na frente do presídio, mesmo, nas feiras que se organizam ao redor da unidade e que vendiam de tudo, de refeições prontas a utensílios e alimentos para montar o kit. Nesse período eram disponibilizados nas unidades freezers compradas e levadas para dentro da penitenciária pelos presos.

Em meio as lembranças, a esposa de um homem ainda privado de liberdade, relata que entre as formas dos sobreviventes conseguirem dinheiro internamente estava a venda de itens para o “futuro”, buscando outras formas de incrementar os ganhos financeiros e responder a demandas internas de seus presos, buscavam meios de passar outras coisas nos kits. Segundo dona Joanna, chegou a colocar cachaça com seringa dentro do suco para ser vendido internamente por seus filhos, chegando a ser 600 reais por caixa.

Essas histórias sempre me chegavam ao final dos encontros em comentários mais curtos e após já terem estabelecido uma certa confiança, o que é favorecido pela abordagem etnográfica e engajada. Adentrar os espaços de reuniões de familiares gera um efeito diverso no estabelecimento das reuniões, os familiares lidam todos os dias com a desconfiança e estigmatização da sociedade com seus filhos, maridos, irmãos presos e sua realidade de visita. São questionadas diversas vezes sobre suas rotinas junto a cadeia e esforços por alguém que “fez algo errado”. Era comum uma certa desconfiança inicial, mesmo que minha entrada naqueles espaços era com a fiança de alguém que elas já conheciam e confiavam.

As histórias e informações nunca saiam de uma vez nos encontros, era preciso um ou dois, ou mesmo mais horas juntas, para se estabelecer uma confiança e

⁸ Grandes quantidades.

entender que eu poderia ali ser aliada. É intrínseco nos discursos um tom de aceitação da lógica punitivista e até internalização da necessidade de punição, mas sempre juntos a uma frustração em como a administração carcerária as trata como “indigentes” e “animais”. Nesse marco, a alimentação é uma das principais reclamações de descaso, seguida dos casos de doenças.

Nos encontros do coletivo, só pude encontrar duas sobreviventes mulheres, a presença delas é baixa nos encontros, e de seus familiares, inexistentes. Para elas os efeitos do massacre ressoam nas unidades femininas. O que para elas era um “hotel 5 estrelas” em relação ao que sabem da masculina, pois entrava de tudo e a comida era dividida nas celas, as coisas mudaram, as restrições do masculino se espelharam no feminino.

O segundo acontecimento sempre lembrado nos encontros pelas familiares, quando questionadas sobre o que motivou as proibições, foi o assassinato de um agente carcerário em 2018, que repercute mais uma vez nas normas e rotinas das visitas. Escutei diversas histórias, mas dona Joana foi quem me elaborou uma explicação com maior nível de detalhes. Segundo ela, em 26 de novembro de 2018 foi assassinado um agente que costumava assediar as mulheres visitantes, comentando sobre seus corpos em dias de visitas e de forma maliciosa sobre as motivações que levavam as mulheres em manter as visitas frequentes aos seus companheiros, isso tudo aconteceu até ele pegar⁹ “uma bunduda”, esposa de Jorge.

Segundo Joana, em certo dia Jorge fala para um dos “frente da cadeia”¹⁰ que iria matar o agente, mas não foi levado a sério. Quando teve oportunidade, Jorge chamou o agente, o distraíndo, e deu uma facada em seu pescoço. Essa morte acontece no momento em que as mulheres que estavam em visita íntima começaram a ir embora, o que teria causado ainda mais revolta na administração penitenciária, pelo crime ter sido cometido na presença de familiares.

Esse fato reverbera na dinâmica carcerária e mais uma vez a administração penitenciária responde instituindo novas retaliações e proibições. Dessa vez os alimentos foram reduzidos para 10 itens por familiar em dias de visitas e 1 kg nas marmitas, retiram acesso ao fogão, freezer e liberam apenas o material de limpeza.

No ano seguinte (2019), os presos fazem uma rebelião cobrando melhores condições, seus efeitos mobilizaram quatro unidades prisionais: a maioria do Instituto

⁹ Familiar se refere ao ato de incomodar.

¹⁰ Pessoa que passa a ser o líder daquele pavilhão.

Penal Antônio Trindade (IPAT), além de pessoas que estavam no Compaj, no Centro de Detenção Provisório Masculino I (CDPM I) e na Unidade Prisional do Puraquequara (UPP) (CANDOTTI, 2022).

Josué¹¹, um sobrevivente que visitei, quando estava em prisão domiciliar por motivo de doença, conta que estava na unidade durante a rebelião e se recorda quando chegaram na cozinha se revoltaram ainda mais, ao ver o tanto de comida que tinha e que não chegava a eles. Fazem então um churrasco e combinam de não destruir a cozinha e nem as caixas d 'água; acordo que não chega a se concretizar. “Na rebelião a gente comeu do jeito que a gente queria, fez no pátio mesmo”.

Morando em uma ocupação no condomínio popular Viver Melhor, na cidade de Manaus, sua casa era feito de madeira e foi construído na pandemia com doações promovidas pelo coletivo FAPAM Josué nos recebeu ali com sua esposa, seus dois filhos, seus pais, sua irmã e seu sobrinho, no dia da visita entre as histórias de seu período encarcerado, sua esposa, que faz parte do coletivo, e Maria, ressaltam que a rebelião teve grande atenção midiática local na época, sendo transmitida na televisão e repercutida nas páginas online locais (blogs, páginas pessoais e portais jornalísticos), assim como judicialmente, por meio de uma visita do Juiz de Garantia de referência da unidade.

O fim da rebelião os levou para uma condição ainda pior. Os detentos passaram 4 meses sem receber visitas de familiares. Jorge lembra que foram punidos durante 1 mês ao receber apenas uma marmita da unidade, vindo apenas na hora do almoço e sendo negligenciada a da janta. Não há consenso entre seu relato e de outros sobreviventes sobre alteração na entrega da merenda. Apenas que foi banida qualquer entrada de comida na unidade levada por familiares, dizendo que alimentar os presos era responsabilidade do Estado.

As proibições aconteceram com o argumento de que a alimentação e os cuidados eram responsabilidade do sistema e não podiam onerar as famílias. Mas os efeitos foram os piores. Com a impossibilidade da entrada de remédios e produtos de higiene, aqueles que apanhavam na prisão não tinham como exercer os primeiros cuidados, os quais também não eram oferecidos pela equipe médica da unidade, junto a isso à limpeza das celas, se tornava limitada.

A regulação da alimentação como punição aos atos dos presos no sistema

¹¹ Nome fictício.

penitenciário de Manaus, tornou-se um instrumento central nos últimos anos para a administração do sistema. Evidencia-se uma absoluta desconsideração da resolução do Ministério da Justiça, nº 3, de 05 de outubro de 2017, que proíbe que as unidades prisionais suspendam, reduzam ou suprimam as refeições das pessoas privadas de liberdade a título de punição. Também sendo ilegal, além de uma flagrante violação de direitos humanos, condicionar seu fornecimento ao comportamento (Ministério da Justiça e Cidadania 2017).

Em seu texto “Ninguém: direito, racialidade e violência”, Denise Ferreira da Silva (2014), filósofa e artista visual brasileira, questiona: Por que é que, em tantos lugares encontrados em todo canto do espaço global, tantos seres humanos se deparam com aquilo que “ninguém merece?”. A regulação da alimentação pelo Estado é usada como punição e controle contra presos e suas famílias, e encontra na sociedade brasileira um eco de aprovação. Configura mais uma face violenta do Estado que se apresenta na vida desses corpos, diversas vezes negros e/ou racializados, pela primeira vez no contato com o sistema prisional. As táticas desse sistema para controle por meio da alimentação, parte de uma desumanização de corpos e se justificam em uma necessidade de punição para bem estar da sociedade configurando mais uma realidade de dor e sofrimento coletivo a quem “ninguém merece”.

Body Scanners : extensão da punição e controle sobre as famílias

A partir de 2017, os Presídios do Amazonas passaram a usar o equipamento de *body scanners* (scanners corporais) na revista de visitantes. A tecnologia é a mesma usada pela Polícia Federal em aeroportos, segundo a SEAP¹². Com essas mudanças, os familiares passam a lidar com regras variáveis das unidades. Os funcionários passam a cobrar que não se pode aparecer com o sistema digestório cheio, nem de comida e nem “de vento”¹³, o que faz com que essas familiares passem mais de 12 horas de jejum antes das visitas para não serem barradas. Trata-se de uma informação fundamental para a compreensão das relações entre alimentação,

¹²Presídios no AM passam a usar ‘body scanners’ em revistas de visitantes: Equipamento é semelhante ao usado pela Polícia Federal em aeroportos. Tecnologia começou a operar neste fim de semana. <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/presidios-no-am-passam-a-usar-body-scanners-em-revistas-de-visitantes.ghtml>

¹³ Expressão usada por familiar.

vigilância, regulação e punição, bem como da extensão das formas de punição para além das pessoas presas.

Nas palavras da antropóloga Natália Padovani, analisando o ingresso na prisão, “ser família é estar em posição de justaposição ao preso na relação com os funcionários da prisão. É eclipsá-lo e, portanto, fazê-lo presente (Strathern, 2010) no cubículo da revista íntima” (Padovani, 2015: 88). Em nenhuma outra prática de revista os corpos são tão investigados, como evidencia a autora e outros estudos sobre prisões.

Uma das interlocutoras, Yasmin, esposa de um homem preso em regime fechado, conta que não pode entrar por dois meses, graças à presença de ovários policísticos. No período era orientada para não comer antes de ir e só permitiam sua entrada com exame de imagem. Mesmo avisando, só olhavam os exames após a máquina apitar 4 vezes. Quando questionados por elas, os agentes do body scanner dizem não ser médicos para ficarem lendo os exames das familiares. Mesmo as que não consigam entrar para a visita, só podem sair do prédio no horário final das visitas, devendo esperar até o fim do horário de visitas dentro da unidade. Assim, às 12 horas de jejum para preparar o corpo para o exame do body scanner, soma-se o período que passam de espera.

Dona Joana nos contou em uma das visitas que seus problemas com o equipamento acabaram, quando um dia chegou ao lado de fora da penitenciária, comeu e “encheu a barriga”, tomou coca cola, e disse que hoje não queria ver apitar a máquina, em tom de desafio. Quando entrou, escutou o apito, mandaram ela ir ao banheiro, ela disse que não tinha mais como ir, pediu para falar com o superior. O diretor da unidade perguntou o que acontecia e pediu que ela fosse ao banheiro; ela alegou que já tinha ido e não tinha mais urina para fazer. Começou então a dizer que ia ameaçar de processo o pessoal da máquina; ele tentou amenizar a situação.

Segundo ela, disse ao superior que iria ao banheiro se ele fosse junto. Chegando lá junto a ele, entra ao banheiro, sai e diz que não consegue fazer xixi. Ele a manda passar novamente na máquina, que não apita. Foi nesse momento que ela se sentiu segura para criticar, apontando que quem toma conta da máquina não prestou atenção no visor quando ela passou. Após esse dia a máquina nunca mais apitou para ela.

Para os sobreviventes é claro o “choque dos mundos”, “aqui (extra cárcere) é um mundo, dentro é outro; a gente não sabe o que acontece aqui fora”, apenas pelas

visitas eles alcançam um pouco do mundo que deixaram. Maria relata que certa vez um preso queria que ela fizesse uma denúncia do que vinha passando, mas é proibido que qualquer tipo de carta ou bilhete seja levado para fora. Situações como essas criam necessidade de subterfúgios, como a saída clandestina de recados por outras visitas. Nesse caso, a esposa não entregou à militante a carta, devido ao grau de risco dessa denúncia, pois ela sempre era revistada, “eles costumavam olhar até a costura da sua roupa para observar se nada foi passado”.

Percebe-se também que essa punição não se centraliza apenas na pessoa reclusa, mas na sua extensão familiar e em toda a comunidade que se estabelece a sua volta. É uma forma de estabelecer “regras” e sofrimento nas redes de afeto e restringir o direito à visita. Se torna comum nos relatos o sofrimento após as visitas, por ver a alimentação que seu familiar está tendo que comer, ou saber que o mesmo desmaiou de fome. O sistema carcerário, nessa perspectiva, é desmascarado como dispositivo de uso arbitrário de autoridade, impune abuso de poder e controle absoluto de corpos, mentes e almas das pessoas que sobrevivem (Davis, 2023).

Moeda de negociação das famílias com as facções

Já sabemos que falamos de uma rede que circula alimentos, afetos, fome, doenças e dor. Nos relatos se evidencia, envolvendo a realidade extra e intra cárcere, um circuito de trocas, endividamentos e faccionamento. Nesses processos, a comida toma um significado importante. Significando fome a partir dos processos de controle, quando não disponibilizadas ou de forma insuficiente aos presos, bem como nas horas sem comer que os familiares ficam para terem a entrada permitida.

Afeto quando pela entrada do futuro, as famílias podem de alguma forma amenizar o sofrimento de seu familiar naquele espaço, oferecendo por meio da comida uma presença e um carinho. E nas diversas proibições, uma forma de punição para as instituições e possibilidades para as facções agirem nesses vácuos. Por hora, chamo a esse sistema de reciprocidade e obrigações de *moeda de negociação*, mesmo que ainda necessite de mais construções, do que o que se segue.

A rebelião de 2017 se dá por diversos motivos, dentre eles pela disputa de facções. Há possibilidades de recrutamento ou aproximação dos presos com essas facções, nas diversas dinâmicas internas que vivenciam; desde o momento da

separação dos presos na arquitetura prisional utilizando das facções como critério, até as dinâmicas que incluem a alimentação como *moedas de troca*.

No que envolve o cárcere, são diversas as possibilidades de comércio. Em diversos relatos, as familiares registram as trocas possíveis em volta do “futuro”: em feiras na frente da unidade com alimentos e materiais para serem inclusos no “futuro”, em pagamentos que recebiam em dias de visitas destinados ao transporte, e em troca levavam mantimentos para presos que não receberiam visita da família e/ou receberiam mais queriam mais alimento em sua cesta. Dentro do cárcere, era comum as trocas ou vendas do futuro entre presos, com pagamento sendo feito de forma externa entre os familiares. Explico com um exemplo: Um preso compra de outro algo dentro do carcere e o pagamento é feito entre as famílias fora da unidade. Esse algo pode ser alimentos, ítems de higiene pessoal, drogas, remédios e possibilidades de envio de informações.

Antes da rebelião, quando ainda era possível entrada de ranchos, alguns familiares relatam que as facções escolhiam pessoas, as quais forneciam dinheiro para montar cestas para presos faccionados, nos dias de visitas, quando essas cestas estavam prontas, os líderes da facção encaminhavam alguém na casa para buscar. O serviço muitas vezes mudava, essas familiares eram então pagas para ir a restaurantes montar marmitas, que também eram levadas nos dias de visita. São nessas trocas, que as facções ganham força, por possibilitarem ou facilita-las ou mesmo por apoiarem as famílias

Dona Joana, me contou em algum de nossos encontros, em tom de brincadeira, que tinha um preso que era completamente viciado em lasanha, sempre subia lasanha de todos os sabores para ele, preparadas por familiares e requisitadas pelos grupos dos quais ele era ligado que possibilitaram financeiramente pagar pelas preparações e a entrada das marmitas na penitenciária. Esses serviços, quando não feitos em troca de pagamento, era em troca de proteção ou outros favores, como entrada ou saída de informação e remédios, dentro da rotina carcerária.

Com a sucessão de proibições da entrada de comida, as facções encontram novos caminhos para manter o faccionamento dos presos e de suas famílias. No grupo de familiares, certa vez, algo inédito nos aconteceu. No dia 10 de fevereiro, na cidade de Manaus e interior do estado, ocorreu a comemoração do aniversário do

Comando Vermelho, em um jornal online¹⁴ da região a manchete: “Queima de fogos festeja aniversário do CV em Manaus”. Na reportagem informam que o foguetório ocorreu em todas as regiões da cidade, fato que havia sido previamente avisado pelos faccionados. Me recorde daquela noite, era palpável no ar o clima de festa e o horário dos fogos todos podiam escutar, mesmo que do centro da cidade. Na manhã seguinte acordamos com a informação de boca a boca que mais de 110 pessoas foram presas.

Devido aos fogos de artifício, uma sobrevivente os chama de “vagabundos” no grupo de whatsapp do coletivo, do qual eu não faço parte, mas acompanhei através de comentários e conversas das familiares, diz que eles deveriam dar comida para quem precisa e não ficar fazendo festa. Uma familiar presente no grupo fala que eles realmente dão cestas básicas para quem precisa e que existem comissões que pedem seus dados e os dados do seu preso em troca de cestas básicas.¹⁵

A questão que se sucede é que outra familiar chama a sobrevivente para orientar a tomar cuidado, pois tendo alguém que vaze aquela informação do grupo ela pode se prejudicar junto ao Comando e sofrer retaliações. A sobrevivente se altera e sai do grupo. Essas cestas básicas eram entregues ao grupo de mulheres que visitavam a cadeia. Uma das interlocutoras nos contou que a devida distribuição das cestas para quem recorresse, dependia da definição das mulheres que administravam o grupo de visitas de cada unidade.

A alimentação diversas vezes é linha condutora nas relações das facções com as familiares. Por mais que o coletivo não tenha ligações com organizações, essas relações as rondam e estão postas sobre a realidade de todos que vivem o cárcere, impondo normas específicas, como a forma que podem fazer as visitas, as roupas que podem usar e a distribuição de senhas nas filas na raia de entrada, ações que são normatizadas pela facção dominante.

¹⁴ <https://diariomanauara.com.br/policia/queima-de-fogos-festeja-aniversario-do-cv-no-amazonas/>

¹⁵ Esse processo acaba faccionado o preso internamente, que muitas vezes não sabe dessa moeda de troca.

4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regulação da alimentação no sistema carcerário de Manaus tem sido um instrumento central nas medidas da administração penitenciária em resposta às rebeliões, massacres e revoltas presentes nos últimos 8 anos. Por meio das proibições e punições, os efeitos na construção das relações familiares são alarmantes, bem como na saúde da pessoa privada de liberdade e, em outro plano, das suas famílias. A partir das memórias dos familiares e sobreviventes do coletivo FAPAM observamos como as intersecções de gênero e raça/etnia são determinantes sociais nesse contexto de insegurança alimentar e adoecimento gerados pelo sistema de punição e controle carcerário sobre os corpos, afetos e vidas dos familiares e sobreviventes.

Sueli Carneiro (2000), se refere a esse movimento como Matriarcado da miséria, ou seja, como o racismo e o sexismo produzem sobre mulheres negras uma espécie de afixia social com desdobramentos negativos sobre as dimensões da vida, com sequelas emocionais e danos a saúde mental (Carneiro, 2000). Ao discutir os atravessamentos das punições no cárcere, fica evidente como essas políticas adoecem e afetam diretamente as mães e mulheres que se desdobram e se responsabilizam pelo cuidado e sobrevivência dos familiares encarcerados, em sua grande parcela mulheres racializadas e pobres. Além do cuidado em saúde, são as representantes jurídicas que cuidam do andamento do processo, da alimentação, da garantia de direitos. Todas elas mulheres, são quem garantem que eles não sejam esquecidos, que suas histórias e experiências sejam contadas. Isto é, são elas que permitem, e que corporificam, a existência de sujeitos cujas vidas podem ser assim cuidadas e alimentadas.

A alimentação toma símbolos e significados diferentes neste contexto, mesmo com a variação do seu referencial de suas práticas, abrangendo desde um marco de insegurança alimentar para essas familiares, faccionamento ou mesmo instrumento de punição para administração carcerária e se estendendo a toda uma complexa relação de produção de afetos, de conforto, dando ou tirando dignidade para as existência naquele espaço. Escancara a negligência do Estado Brasileiro com a saúde e os direitos desses corpos, ou melhor, sua atuação na promoção de tortura e adoecimento. Não se encontrou evidências ou qualquer atenção por parte dos órgãos de referência dos campos da saúde, da nutrição ou da justiça em garantir a aplicação das leis e proteção do direito humano à alimentação adequada.

5.IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA NO CAMPO DE ATUAÇÃO

As implicações da proposta deste trabalho abrangem dois campos importantes de atuação do nutricionista : pesquisa, ensino e extensão e saúde pública. No que concerne o campo do ensino, pesquisa e extensão, é necessário a partir do ensino pensar cada vez mais como a formação de nutricionista tem condicionado a práticas mais humanas. Quando a alimentação é tratada em larga escala por diversas instituições, e aqui falamos da cadeia, das empresas que fornecem a comida e das instituições que fazem a gestão dessa política pública, nos perguntamos em quantas camadas nutricionistas tem responsabilidade na administração dessa comida. Desde a elaboração do cardápio até a execução e distribuição. É importante que nossa atuação não foque em ser apenas executoras técnicas, mas que possamos construir uma formação e atuação que se preste a pensar a alimentação sem se colocar como aliadas de sistemas que desrespeitam sua importância para a saúde humana..

Obviamente, toda a realidade apontada neste trabalho parte das políticas públicas existentes e da influência (ou não) dos debates em alimentação em saúde pública, podemos questionar porque uma população tão grande quanto a carcerária no Brasil, não tem uma atualização da sua Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) desde 2014? E porque nesses anos tantos não há documentos efetivos que possam efetivar a aplicação da norma do Ministério da Justiça e Cidadania que garantam o não uso a alimentação como punição? Porque não se observa nesses documentos uma atuação da nutrição nos debates? As implicações da nutrição nesse debate são inquestionáveis, a não presença que ainda não se compreende. Esse trabalho busca então em alguma medida colaborar para que essa população e as lacunas desse tema sejam consideradas nas discussões acerca do direito humano à alimentação adequada e justiça alimentar.

6.REFERÊNCIAS

1. **BIONDI, Karina.** Junto e Misturado: imanência e transcendência no PCC. São Carlos: Universidade Estadual de São Carlos, 2009. 196 p.
2. **Borges, Juliana.** Encarceramento em massa / Juliana Borges. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. 144 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro) ISBN: 978-85-98349-73-2
3. **BUCHAMAR, Bruna Louzada.** Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2016. 380 p.
4. **CARNEIRO, Sueli.** “Matriarcado da miséria”. Jornal Correio Braziliense, Coluna Opinião, set. 2000, p.5.
5. **CANDOTTI, Fabio.** “Quando a Massa Erra, o Estado Avança”: Notas sobre transformações carcerárias e criminais em Manaus (Amazonas). Revista TOMO, n. 40, p. 198, 9 jan. 2022.
6. **CONSEA.** DECRETO Nº 7.272, de 2010. Lei de Segurança Alimentar Nutricional: DOU. BRASILIA: Consea, 22 ago. 2010. p. 133. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN
7. **DAVIS, Angela Y.;** DENT, Gina; MEINERS, Erica R.; RICHIE, Beth E.. ABOLICIONISMO. FEMINISMO. JÁ. [S. L.]: Companhia das Letras, 2023. 288 p.6.
8. **DAVIS , Angela Y.;** (1994) **Estarão as prisões obsoletas?**. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL. 144 p.
9. **GOLDMAN, Marcio.** Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. Revista de Antropologia, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 446-476, Não é um mês valido!/Não é um mês valido! 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-77012003000200012>.
10. **GUIMARÃES, Alba Zaluar.** Desvendando Mascaras Sociais. 2. ed. Universidade de Indiana: Francisco Alves Editora, 1980, 102011. 263 p.
11. **INGOLD, T.** Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. Educação, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 404–411, 2016. DOI: 10.15448/1981-2582.2016.3.21690. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/21690>. Acesso em: 26 jun. 2023.

12. **MENEZES NETO, Elias Jacob de; BEZERRA, Tiago José de Souza Lima.** A prática da mistanásia nas prisões femininas brasileiras ante à omissão do direito à saúde e a negação da dignidade humana. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 473-494, 22 maio 2018. Centro de Ensino Unificado de Brasília. <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v8i1.5074>.
13. **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA.** Resolução Nº 3, de 05 de Outubro de 2017. Distrito Federal, DF: Diário Oficial da União, 17 out. 2017.
14. **MINISTÉRIO DA SAÚDE.** Guia Alimentar para População Br. 2. ed. Brasília - DF: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.
15. **Peura DA.** Patient information: helicobacter pylori infection and treatment [Internet]. Waltham, MA: UpToDate; 2009 [cited 2010 Jan 27]. Disponível em: <http://www.uptodateonline.com/patients/content/topic.do?topicKey=~gi0iITvAhVEvR5> Acesso em: 28 janeiro 2010.
16. **PRESÍDIOS no AM** passam a usar ‘body scanners’ em revistas de visitantes: Equipamento é semelhante ao usado pela Polícia Federal em aeroportos. Tecnologia começou a operar neste fim de semana. *G1 AM, Amazonas*, p. 1, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/presidios-no-am-passam-a-usar-body-scanners-em-revistas-de-visitantes.ghtml>. Acesso em: 1 nov. 2023.
17. **SILVA, Mariana Lins de Carli.** "Puxar cadeia junto": significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Acesso em: 21 nov. 2023.
18. **SILVA, Denise Ferreira da.** Ninguém: direito, racialidade e violência. *Meritum*, Belo Horizonte, v. 9, p. 67-117, jun. 2014.
19. **SOUSA, Luciana Maria Pereira et al.** Regime da escassez: a alimentação no sistema penitenciário feminino. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 25, n. 5, p. 1667-1676, maio 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232020255.34612019>.
20. **Santos Mv, et al.** Insegurança alimentar e nutricional: uma análise sobre as políticas públicas de interface com alimentação e nutrição em meio a pandemia por Sars-CoV-2. *Segur. Aliment. Nutr.* 2021;28:1-17. DOI: 10.20396/san.v28i00